



POSIÇÃO PÚBLICA – FEVEREIRO 2020

PROJETOS DE LEI PARA A DESPENALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CUIDADOS PALIATIVOS

Porto, 14 de Fevereiro de 2020

Exmas. Senhoras

Exmos. Senhores,

A **Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos** felicita todos os responsáveis políticos pela crescente preocupação demonstrada perante o sofrimento das portuguesas e portugueses que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e das suas famílias, contribuindo desta forma para o melhor reconhecimento das necessidades de quem mais sofre. Numa sociedade que se deseja moderna e desenvolvida, a **responsabilidade de cuidar é de todos, mas o exemplo deve surgir tanto de quem lidera como de quem decide.**

Contudo, a estratégia proposta nos projetos de lei sobre a legalização da eutanásia em Portugal, de forma a enfrentar o desejo antecipado de morte de cada concidadão em situação de sofrimento disruptivo ou destrutivo, parece **esquecer os milhares de portuguesas e portugueses que nos solicitam viver de forma digna com o maior apoio possível** para diminuir tal sofrimento.

Escolhas verdadeiramente livres e conscientes nunca poderão existir enquanto as pessoas que sofrem e as suas famílias **não tiverem acesso a todas as opções possíveis, particularmente a Cuidados Paliativos de Qualidade.** Os Cuidados Paliativos são um direito reconhecido pelas mais diversas instituições internacionais, mas surpreendentemente um “luxo” ao alcance de poucos em Portugal.

À nossa volta, observamos com satisfação as condições técnicas, científicas e humanas que são oferecidas a tantos concidadãos europeus, lamentando que as estratégias para o sector em Portugal **persistam em defraudar as legítimas expectativas de quem sofre, pela reiterada falta de investimento em recursos humanos e em novos serviços.** O apoio à formação dos profissionais, o incentivo à criação de equipas comunitárias, o reconhecimento e certificação dos profissionais de saúde, a particular



atenção aos mais excluídos (4ª idade, pediatria, demência ou saúde mental) e o apoio ao cuidador informal, são algumas das preocupações que nos devem motivar a fazer mais e melhor.

Esperando **o mesmo compromisso dos proponentes destes projetos de lei em cumprir inteiramente a Lei de Bases para os Cuidados Paliativos**, colocamo-nos como sempre do lado dos decisores executivos e responsáveis políticos, no sentido de cooperar no desenvolvimento dos Cuidados Paliativos em Portugal.

Como referimos anteriormente, a responsabilidade de cuidar é de todos, **mas o exemplo tem de surgir por parte de quem lidera e de quem decide.**

Duarte Soares
Presidente APCP
Em nome dos Corpos Gerentes